O Conceito de Poder em Foucault: algumas implicações para a teoria das organizações

Autor: Artur Antonio Moraes Marques (Mestrando do Curso de Mestrado em Administração/ Universidade Federal do Espírito Santo – UFES)

RESUMO:
Levando em consideração que a teoria das organizações sempre se abriu para proposições teóricas de outros campos do conhecimento, todo o debate proposto pelo artigo pretende indicar uma outra forma para se pensar esta teoria. Sendo assim, o presente trabalho tem por objetivo, através de uma reflexão teórica, propor uma discussão sobre as implicações para a teoria organizacional da concepção de poder do filósofo Michel Foucault. Para isso, pretendemos em um primeiro momento expor as características da concepção de poder elaborada por Foucault e que servem de base para o que ele denominou de poder disciplinar. Em seguida, serão expostos indicativos de como em duas fases do regime de acumulação capitalista as empresas estruturam seu aparato produtivo para atingir o principal objetivo do poder disciplinar. Por fim, serão enumeradas algumas implicações da adoção dessa maneira de análise do poder para a teoria organizacional. Entendemos que os pontos assinalados não fecham as possibilidades de pensarmos essa temática do poder no campo dos estudos organizacionais. Sendo assim, discussões futuramente estimuladas pelo artigo podem indicar, por exemplo, outras expedições teóricas ou mesmo ferramentas metodológicas para melhor compreensão do poder como prática social nas organizações.

Palavras Chaves: Formas de Organização da Produção. Poder. Controle. Manifestações de Resistência. Teoria das Organizações.

ABSTRACT
Taking into consideration that the theory of the organizations is receptive to some theoretical proposal coming from others fields of knowledge, the debate considered for this article intends to indicate another way to think the organizational theory. The objective of this work through a theoretical reflection is proposes a discussion about the implications of the conception of the philosopher Michael Foucault about power to the theory of the organizations. First we show characteristics of Foucault's conception of power wich he uses as a base to understand what he calls disciplinary power. Then we present indicatives about how in two phases of the capitalistic system of accumulation the companies organize its apparatus productive to reach the main objective of the disciplinary power. Finally this article enumerates some implications of this way of analyze the power to the de organizational theory. We believe that the designated points do not close the possibilities to think this thematic of the power in the field of organizational studies. Thus, future discussions stimulated by this article can indicate, for example, other theoretical expeditions or better methodological tools to understanding the power as a social practice in the organizations.

Key words: Production Organization Forms. Power. Control. Manifestations of resistance. Theory of the Organizations.

1. Introdução

Ao fazermos alusão ao fenômeno das relações de produção capitalistas podemos argumentar, baseado nos pensamentos de Foucault, que nos processos pertinentes a este, além da produção de bens materiais, há também produção de sujeitos.

Quando partimos do pressuposto que nas relações de produção também há produção de sujeitos podemos pensar que um tipo de sujeito é almejado pelo sistema capitalista, de modo a manter seu ciclo de acumulação. As análises propostas por Foucault indicam que o que está em questão nas relações de poder capitalistas é a produção de um sujeito que tenha sua capacidade produtiva econômica liberada e a política inibida.

O que é perseguido de certa forma é a socialização do sujeito, o trabalhador, de modo a adequá-lo às condições de produção, o que envolve o controle social de suas capacidades físicas e mentais. Uma socialização que tem como meios a educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca de identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social) claramente presentes na formação de ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado, e afirmadas pelas simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem o trabalho (HARVEY, 1992).

Assim sendo, o sucesso deste empreendimento perpassa pela construção de um sujeito dócil politicamente e útil economicamente, que esteja amplamente conectado com as demandas sociais por habilidades exigidas pelo mesmo em um dado período histórico.

Ao trabalharmos com essa perspectiva podemos conferir uma outra visão às práticas de gestão desenvolvidas pelas organizações empresariais ao longo do tempo. Enxergá-las como tentativas por parte das empresas para produzir esse tipo de sujeito. Assim, é possível pensar as diversas formas desenvolvidas pelas organizações para organizar e gerir o trabalho como tentativas de afirmar modos de existência hegemônicos. Modos que de forma alguma são estáticos, pois se redesenham a qualquer tentativa de afrontamento a ordem estabelecida. Nesse movimento é que as práticas de organização e gestão do trabalho vão "evoluindo", de forma que o que se vê hoje são modelos muito mais sofisticados do que anteriormente. O que também é muito relevante nessa visão é que temos condições de ver as constantes modificações destas práticas como aprimoramentos que foram feitos devido às resistências dos trabalhadores a essas tentativas de enquadramento. Assim, podemos observar que os trabalhadores não são realmente passivos.

Diante do exposto, o presente trabalho tem por objetivo, através de uma reflexão teórica, propor uma discussão sobre as implicações para a teoria organizacional da concepção de poder do filósofo Michel Foucault.

Para isso, pretendemos em um primeiro momento expor as características da concepção de poder elaborada por Foucault e que servem de base para o que ele denominou de poder disciplinar. Tipo de poder este que caracteriza a época capitalista e uma forma específica de dominação, e que tem como principal objetivo a fabricação de um tipo específico de sujeito para dele extrair seu potencial produtivo e neutralizar sua capacidade de mobilização política (MACHADO, 1988). Em seguida, para o enriquecimento das construções teóricas pretendidas por esse artigo, serão expostos

indicativos de como em duas fases[i] do regime de acumulação capitalista o processo de produção é estruturado para atingir a desmobilização política do trabalhador e liberar seu potencial produtivo. Por fim, serão enumeradas algumas implicações da adoção dessa maneira de análise do poder para a teoria organizacional.

2. A concepção de Poder de Michel Foucault

Para Foucault (1995) uma sociedade sem relações de poder é uma abstração. A estrutura social, seria para o autor, atravessada por múltiplas relações de poder, que não se situam apenas em um local específico, como um aparelho de Estado, mas que são imanentes ao corpo social. Relações de poder estas que atingem a realidade mais concreta dos indivíduos e que estão ao nível do próprio corpo social, penetrando nossas práticas cotidianas (MACHADO, 1981). Assim, Foucault questiona algumas proposições acerca da teoria do poder[ii] e apresenta a idéia de microfísica do poder[iii].

Para chegar a essa "nova economia das relações de poder" (FOUCAULT, 1995) o autor abandona alguns postulados que em sua época influenciavam a posição tradicional da esquerda (DELEUZE, 2005) e que de certa forma pareciam ser as únicas formas para se pensar a temática do poder. Segundo Foucault (1981, p.6):

> [...] Não vejo quem – na direita ou na esquerda – poderia ter colocado este problema do poder. Pela direita, estava somente colocado em termos de constituição, de soberania etc., portanto em termos jurídicos; e, pelo marxismo, em termos de aparelho do Estado. Ninguém se preocupava com a forma como ele se exercia concretamente e em detalhe, com sua especificidade, suas técnicas e suas táticas. Contentavam-se em denunciá-los no "outro", no adversário, de uma maneira ao mesmo tempo polêmica e global: o poder no socialismo soviético era chamado por seus adversários de totalitarismo; no capitalismo ocidental, era denunciado pelos marxistas como dominação de classe; mas a mecânica do poder nunca era analisada.

O que interessava para Foucault não era a construção de um novo conceito, mas sim a análise do poder como prática social, historicamente constituída, e as múltiplas formas de exercício do mesmo na sociedade. Assim, mais do que responder a pergunta "o que é o poder?", para o autor, é mais importante indagar:

> [...] quais são, em sem seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações, os diversos mecanismos de poder que se exercem a níveis diferentes da sociedade, em domínios e com extensões tão variados? [...] a análise do poder ou dos poderes pode ser, de uma maneira ou de outra, deduzida da economia? (FOUCAULT, 1981, p.174).

As concepções marxistas, ou certas concepções que passam como sendo representativas do pensamento de Karl Marx, e jurídicas (representativas do pensamento liberal) a respeito da teoria do poder tinham em comum uma forte ligação com a questão econômica. O que Foucault (1981) chamou de economicismo na teoria do poder.

Para Foucault (1981, p.174) na teoria clássica jurídica, o poder era considerado: "como um direito de que se seria possuidor como de um bem e que se poderia, por conseguinte, transferir ou alienar, total ou parcialmente, por um ato jurídico ou um ato fundador de direito, que seria da ordem da cessão ou do contrato". A concepção marxista, segundo o autor, trata da funcionalidade econômica do poder. O poder teria essencialmente o papel de manter e reproduzir as condições básicas à produção material e à dominação de classe (FOUCAULT, 1981).

Essas concepções colocaram questões fundamentais para o desenvolvimento das idéias de Foucault acerca da temática do poder. De acordo com o autor (1981, p.175):

> O problema que se coloca nas pesquisas de que falo pode ser analisado da seguinte forma: em primeiro lugar, o poder está sempre em posição secundária em relação à economia, ele é sempre "finalizado" e "funcionalizado" pela economia? Tem essencialmente como razão de ser e fim servir a economia, está destinado a fazê-la funcionar, a solidificar, manter e reproduzir as relações que são características desta economia e essenciais ao seu funcionamento? Em segundo lugar, o poder é modelado pela mercadoria, por algo que se possui, se adquire, se cede por contrato ou por força, que se aliena ou se recupera, que circula, que herda esta ou aquela região? Ou, ao contrário, os instrumentos necessários para analisá-lo são diversos, mesmo se efetivamente as relações de poder estão profundamente intrincadas nas e com as relações econômicas e sempre constituem com elas um feixe?

As colocações feitas a respeito dessas concepções também fizeram com que Foucault buscasse alternativas para uma análise não econômica do poder. Em sua época o autor encontrou duas alternativas, que posteriormente também foram rejeitadas nessa sua busca de uma "nova economia das relações de poder". A primeira era a que via o poder como algo essencialmente repressivo, hipótese que engendrou discussões, por parte do autor, acerca de uma de suas principais idéias, a positividade do poder. Já a segunda alternativa afirmava que o poder era guerra, uma guerra prolongada por outros meios (FOUCAULT, 1981).

Foi a partir das discussões que colocavam o poder somente ao nível econômico e das alternativas que associavam o conceito à repressão ou à guerra, que Foucault começou a delinear uma nova forma de pensar o poder. Ao fazer isso, conforme apontado anteriormente, o autor abandonou alguns postulados acerca da questão (DELEUZE, 2005).

O primeiro postulado apontado por Deleuze (2005) é o da propriedade, que afirma que o poder seria propriedade de uma classe que o teria conquistado. Segundo Deleuze (2005, p.35):

> Foucault mostra que não é assim, nem disso, que procede o poder: ele é menos uma propriedade que uma estratégia, e seu efeitos não são atribuídos a uma apropriação, mas a disposições, a manobras, táticas, técnicas, funcionamentos ; ele se exerce mais do que se possui, não é o privilégio adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas.

Ao pensar assim, Foucault não está negando a existência das classes e de suas lutas. Ao que tudo indica ele as insere num quadro completamente diferente, com outras paisagens (não vincula os espaços de luta somente aos palcos clássicos de batalha, como o aparelho de Estado), outros personagens, outros procedimentos, diferentes destes com as quais nos acostumou a história tradicional (DELEUZE, 2005).

O segundo postulado abandonado por Foucault é o da localização, que afirma que o poder seria poder de Estado. Segundo Deleuze (2005, p.35): "Foucault mostra, ao contrário, que o próprio Estado aparece como efeito de conjunto ou resultante de uma multiplicidade de engrenagens e de focos que se situam num nível bem diferente e que constituem por sua conta como uma microfísica do poder".

Foucault produz um importante deslocamento com relação à ciência política, que limita ao Estado suas análises sobre o poder (MACHADO, 1981). Segundo Machado (1981), começa a delinear-se, com as proposições de Foucault, uma não sinonímia entre Estado e poder. No pensamento de Foucault "o que aparece como evidente é a existência de formas de exercício do poder diferentes do Estado, a ele articuladas de maneiras variadas e que são indispensáveis inclusive a sua sustentação e atuação eficaz" (MACHADO, 1981, p.XI).

O que Foucault propõe, ao abandonar o postulado da localização, é deslocar o foco das discussões sobre o poder da análise descendente para a ascendente.

Análise descendente deduz o poder partindo do Estado, procurando desvendar "até onde esse poder se prolonga nos escalões mais baixos da sociedade, penetra e se reproduz em seus elementos mais atomizados" (MACHADO, 1981, p.XIII).

Conforme Machado (1981, p.XIII-XIV) a análise ascendente que Foucault faz acerca do poder:

> Estuda o poder não como uma dominação global e centralizada que se pluraliza, se difunde e repercute nos outros setores da vida social de modo homogêneo, mas como tendo existência própria e formas específicas ao nível mais elementar. [...] O interessante da análise é justamente que os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social.

O terceiro postulado que Foucault abandona é o da subordinação, que afirma que o poder inerente ao Estado estaria subordinado a um modo de produção, tal como uma infra-estrutura (DELEUZE, 2005). O que é colocado aqui é a determinação econômica, algo que já foi discutido anteriormente e que confere ao poder uma base, um foco, que o condiciona. Segundo Deleuze (2005, p.36-37):

> As relações de poder não se encontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações. A posição delas não é de superestrutura. O que ainda há de piramidal na imagem marxista é substituído na microanálise funcional por uma estreita imanência na qual os focos de poder e as técnicas disciplinares formam um número equivalente de segmentos que se articulam uns sobre os outros e através dos quais os indivíduos de uma massa passam ou permanecem corpos e almas. [...] O poder tem como característica a imanência de seu campo, sem unificação transcendente, a continuidade de sua linha, sem uma centralização global, a continuidade de seus segmentos sem a totalização distinta: espaço serial.

O quarto postulado é o da essência ou do atributo, que afirma que o poder teria uma essência e um atributo, que qualificaria os que possuem (dominantes) e diferenciariam estes daqueles que sofrem as conseqüências de seu exercício (dominados) (DELEUZE, 2005). Para Deleuze (2005, p.37):

> [...] [Foucault nos mostra que] o poder não tem essência, ele é operatório. Não é atributo, mas relação: a relação de poder é um conjunto das relações de força, que passa tanto pelas forças dominadas quanto pelas dominantes, ambas constituindo singularidades. O poder investe (os dominados), passa por eles e através deles, apóia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder, apóiam-se por sua vez nos pontos em que ele os afeta.

O quinto postulado que Foucault abandona é o da modalidade, que advoga que o poder agiria somente por violência ou ideologia, "ora reprimindo, ora enganando ou iludindo; ora como polícia, ora como propaganda" (DELEUZE, 2005, p.38). Ao conferir um caráter além de repressivo para o poder Foucault coloca o que o conceito tem de mais essencial, ou seja, a questão da positividade. Nesta, o que Foucault mais enfatiza é o caráter produtor do poder. Segundo Foucault (1981, p.7-8):

> [...] parece que a noção de repressão é totalmente inadequada para dar conta do que existe justamente de produtor no poder. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer 'não', você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz 'não', mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.

O Sexto postulado é o da legalidade. Segundo Deleuze (2005), as concepções que Foucault questionou argumentavam que o poder de Estado, representante da classe

dominante, se expressava na lei, "sendo esta concebida ora como um estado de paz imposto às forças brutas, ora como o resultado de uma guerra ou uma luta ganha pelos mais fortes" (DELEUZE, 2005, p.39). O que Foucault sugere é que a lei assim como o poder não é propriedade exclusiva de uma determinada classe dominante, assim o autor "mostra que a lei não é nem um estado de paz nem o resultado de uma guerra ganha: ela é a própria guerra em ato, exatamente como o poder não é uma propriedade adquirida pela classe dominante, mas um exercício atual de sua estratégia" (DELEUZE, 2005, p.40).

Assim, ao abandonar esses postulados Foucault desenvolve uma concepção de poder baseada em três afirmações:

> o poder não é essencialmente repressivo (já que ele incita, suscita, produz); ele se exerce antes de se possuir (já que só se possui sob uma forma determinável – classe – e determinada – Estado); passa pelos dominados tanto quanto pelos dominantes (já que passa por todas as forças em relação)" (DELEUZE. 2005, p.79).

O poder para Foucault (1995) coloca em questão relações entre indivíduos. "Não devemos nos enganar: se falamos do poder das leis, das instituições ou das ideologias, se falamos de estruturas ou mecanismos de poder, é apenas na medida em que supomos que 'alguns' exercem um poder sobre os outros" (FOUCAULT, 1995, p.40).

Nessas relações, o exercício de poder se configura quando há ação sobre ações. Uma relação de poder é a ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação (FOUCAULT, 1995).

Diferentemente de uma relação de violência que age sobre um corpo, forçando, submetendo, quebrando, destruindo ou fechando outras possibilidades de ação, uma relação de poder se articula sobre dois elementos: "que 'o outro' [...] seja reconhecido e mantido até o fim como sujeito de ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis" (FOUCAULT, 1995, p.243).

Nesse sentido o exercício de poder para Foucault (1995, p.243):

> [...] pode perfeitamente suscitar tanta aceitação quanto se queira: pode acumular as mortes e abrigar-se sob todas as ameaças que ele possa imaginar. Ele não é em si mesmo uma violência que, às vezes, se esconderia, ou consentimento que, implicitamente, se reconduziria. Ele é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidades onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita, ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações.

Assim, para Foucault (1995), viver em sociedade é, de qualquer maneira, viver de modo que seja possível alguns agirem sobre a ação dos outros.

Toda essa construção teórica acerca do poder foi o resultado das questões colocadas pela pesquisa que o autor realizava sobre a história da penalidade (MACHADO, 1988). Segundo Machado (1988, p.194) nessa pesquisa:

> [...] apareceu então para ele o problema de uma relação específica de poder sobre os indivíduos enclausurados que incidia sobre seus corpos e utilizava uma tecnologia própria de controle. E essa tecnologia não era exclusiva da prisão; encontrava-se também em outras instituições como o hospital, a caserna, a escola, a fábrica [...].

Foi a essa relação específica de poder que Foucault chamou de disciplina ou poder disciplinar (MACHADO, 1988).

Poder disciplinar que caracteriza uma determinada época, a sociedade capitalista, e uma forma específica de dominação, e que também vai empregando outras técnicas de poder ao longo dos séculos XVII e XVIII, modificando gradativamente as técnicas relativas ao poder da soberania e conduzindo, consequentemente, a emergência das sociedades disciplinares em detrimento das monarquias soberanas (POGREBINSCHI, 2004; ROSA, 1996).

O poder disciplinar ao invés de destruir, cataloga singularidades, produz e investe nas individualidades, determina se os sujeitos estão aptos ou não ao trabalho, a exercerem com parcimônia atividades desgastantes, a apresentarem condições de desempenho numa guerra e, de não sendo dotados desses perfis, os mesmos poderem ser criados (FOUCAULT, 1993).

O exercício do poder disciplinar não mobiliza grandes procedimentos, complexas estratégias, mas atua por meio de instrumentos comuns, como: a vigilância hierárquica (no sentido de se poder enxergar a tudo e a todos, estabelecendo uma rede, onde todos são observados), a sanção normalizadora (existência de uma modalidade punitiva, na qual os mínimos atos desviantes do indivíduo sejam passíveis de penalização, via correção ou punição) e o exame (caracterizado por permitir uma alta visibilidade do indivíduo, intensifica sua individualização mediante sua descrição pormenorizada, destacando suas diferenças frente aos demais sujeitos) (FOUCAULT, 1993).

A classe da burguesia, como representante maior da ideologia liberal e como detentora dos meios de produção de riquezas no capitalismo, vai multiplicar seus lucros, investindo na produção desse poder disciplinar – bem como suas técnicas e procedimentos – que não se pauta pelo caráter repressivo das massas de trabalhadores, mas baseado no controle do corpo e dos atos dessa mesma massa de forma analítica, pormenorizada e especializada (DIMENSTEIN e LEITE 2002).

Segundo Foucault (1993) os métodos disciplinares permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, inaugurando uma anatomia política, circunscrevendo uma relação de extrema sujeição, pois implica no domínio do corpo do outro.

Essa docilidade política e utilidade econômica são particularmente interessantes para uma burguesia que tinha como projeto alargar seus lucros, enraizar-se politicamente, universalizar valores que lhe eram próprios e afastar de si os riscos da subversão e da revolta popular. Desse modo, o corpo do homem moderno será investido de uma disciplina que especializa uma individualidade e uma interioridade, fabricadas por meio de mecanismos que visam circunscrever esse indivíduo nos espaços habitados, no controle de suas atividades, na organização do seu tempo (DIMENSTEIN e LEITE 2002).

Rosa (1996, p.236), analisando trabalhos de Foucault, sintetiza a relação estabelecida entre produção de subjetividade e poder disciplinar com o advento do capitalismo ao dizer:

> o controle agora passa a ser organizado de modo a permitir o adestramento de corpos, envolvendo-os numa mecânica produtiva, lançando mão de inúmeras técnicas para sujeitá-los. Como o advento do Capitalismo Industrial e como crescimento demográfico do século XVIII, vê-se a necessidade de se inserir os corpos em uma mecânica propiciadora de lucros consubstanciais, para o que contribui a disciplina. É por meio dela que se estabelecerá uma nova relação entre poder e corpo, submetendo os indivíduos a um processo de subjetivação inigualável em termos de efeitos. A produção de riquezas exige a fabricação de um sujeito exímio operacionalizador de forças e, na mesma proporção, dócil

> politicamente. Ao duplo objetivo do poder disciplinar: econômico e político, associam-se os interesses do Capital, vez que quanto mais rentável for o sujeito, mais submisso o será e vice-versa. (ROSA, 1996, p.236).

Em suma, o poder disciplinar tem a pretensão de fabricar o indivíduo de modo a atingir um duplo objetivo.

> Objetivo ao mesmo tempo econômico e político: aumento do efeito de seu trabalho, isto é, tornar os homens força de trabalho dando-lhes uma utilidade econômica máxima; diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, neutralização dos efeitos de contra-poder, isto é, tornar os homens dóceis politicamente. Portanto, aumentar a utilidade econômica e diminuir os perigos políticos; aumentar a força econômica e diminuir a força política (MACHADO, 1988, p.193-194).

Desta forma, lançam-se as bases para a discussão sobre a maneira como as organizações, em dois momentos distintos da acumulação capitalista, configuram seus espaços produtivos com o intuito de tentar aumentar a capacidade produtiva e neutralizar a mobilização política do trabalhador. Também, com a discussão feita até aqui, cria-se condições para a reflexão das implicações para a teoria organizacional dessa forma de se pensar o poder.

3. Formas de Organização da Produção: Traços Constitutivos

O padrão de acumulação de capital designado produção em massa, ou fordista, tem nas idéias desenvolvidas por Taylor e Ford a base para a construção de um modelo referência de organização no campo da produção o que proporcionou identificar o modo de organizar o trabalho e a gestão do processo produtivo como taylorista-fordista.

As idéias preconizadas pelo modelo taylorista-fordista de organização da produção revolucionaram a forma de se pensar os processos de organização e gestão do trabalho na indústria, prova disso é o potencial de transposição deste modelo para os mais diversos setores produtivos, sejam eles privados ou estatais, conforme salienta Antunes (2003, p.37):

> Esse processo produtivo transformou a produção industrial capitalista, expandindo-se a princípio para toda a indústria automobilística dos EUA e depois para praticamente todo o processo industrial nos principais países capitalistas. Ocorreu também sua expansão para grande parte do setor de serviços. Implantou-se uma sistemática baseada na acumulação intensiva, uma produção em massa executada por operários predominantemente semiqualificados que possibilitou o desenvolvimento do operário-massa (*mass worker*), o trabalhador coletivo das grandes empresas verticalizadas e fortemente hierarquizada

O grande mérito para a emergência deste modelo de organização da produção e do trabalho, que serviu de base para muitas organizações por boa parte do século XX, pode ser atribuído a Henry Ford, uma vez que ele, ao deparar-se com um regime de produção automobilística, com sinais de esgotamento, criou um sistema capaz de aumentar seus ganhos em produtividade. No entanto, o que em nenhum momento pode ser considerado como uma forma de depreciar a importância de Ford e, também, conferir um grau de simplicidade a implementação do sistema, segundo Harvey (1992, p.121):

> Ford fez pouco mais que racionalizar velhas tecnologias e uma detalhada divisão do trabalho preexistente, embora, ao fazer o trabalho chegar ao trabalhador numa posição fixa, ele tenha conseguido dramáticos ganhos de produtividade. [...] A separação entre gerência, concepção, controle e execução (e tudo o que isso

> significava em termos de relações sociais hierárquicas e de desabilitação dentro do processo de trabalho) também já estava bem avançada em muitas indústrias.

Ao pensar desta forma e propor o alinhamento destas idéias com os princípios de administração científica de Taylor, Ford chega ao sistema de organização de produção de automóveis desejado. Em linhas gerais segundo Gounet (1999) este sistema se apóia em cinco transformações principais:

1. a implementação da idéia de uma produção em massa. Para garantir o consumo amplo, através da diminuição do preço de venda do carro, era preciso segundo Ford trabalhar com esse pensamento, além de racionalizar ao extremo as operações efetuadas pelos operários e combater os desperdícios;
2. o parcelamento das tarefas na mais pura tradição taylorista, fazendo dessa forma com que o trabalhador não participasse do processo de produção do veículo por inteiro. Limitando o mesmo a um número restrito de gestos, sempre os mesmos, repetidos ao infinito durante sua jornada de trabalho.
3. a implementação da linha de produção, permitindo com que o operário, ao se fixar em determinado ponto, realize apenas as operações que lhe cabe. Proporcionando um maior controle pela direção da empresa, uma vez que, além de ligar os trabalhos individuais sucessivos, a linha fixa uma cadência regular de trabalho;
4. a padronização das peças, de modo a reduzir o trabalho operário a alguns gestos simples e evitar o desperdício de adaptação do componente ao automóvel. Para obter esse resultado e ter componentes exatos, Ford começa a trabalhar com a idéia de integração vertical, ou seja, ao controle direto de um processo de produção, de cima a baixo;
5. a automatização das fábricas, logo após a implementação dessas mudanças.

Mas para a implementação de todas essas transformações era indispensável a colaboração do elemento humano, o que a princípio era um grande desafio já que as idéias preconizadas provocavam diversas mudanças na maneira habitual de se realizar o trabalho na indústria automobilística. Tornando-o, também, pouco atrativo, uma vez que desqualificava o operário e não valorizava suas capacidades intelectuais (GOUNET, 1999).

Para isso Ford lança mão do estabelecimento de uma jornada de trabalho de oito horas diárias, e do pagamento aos operários de uma remuneração por dia superior à média das indústrias da época.

> O que ele não diz é que, para receber seus 5 dólares, o trabalhador deve dar prova de boa conduta, ou seja: não ser mulher, não beber, destinar seu dinheiro à família (...) A empresa cria um serviço social para controlar a situação nas casas dos beneficiários do prêmio Ford e, nos primeiros anos, ele recusará os 5 dólares a 28% do pessoal" (GOUNET, 1999, p.20).

As questões da jornada de trabalho e da remuneração acima da média dos concorrentes podem ser vistas muito mais do que uma simples estratégia para atrair funcionários. Fazem parte de um conluio mais amplo que têm como principal meta a tentativa da disciplinação do trabalhador para o trabalho e para um padrão de consumo, já que para receber o salário era necessário um acompanhamento do mesmo fora da fábrica, o que caracteriza por si só essa meta, e ao mesmo tempo, uma adequação do indivíduo às condições estabelecidas pela empresa. Assim como afirma Harvey (1992, p.122):

> O propósito do dia de oito horas e cinco dólares só em parte era obrigar o trabalhador a adquirir a disciplina necessária à operação do sistema de linha de

> montagem de alta produtividade. Era também dar aos trabalhadores renda e tempo de lazer suficientes para que consumissem os produtos produzidos em massa que as corporações estavam por fabricar em quantidades cada vez maiores. Mas para isso presumia que os trabalhadores soubessem como gastar seu dinheiro adequadamente. Por isso, em 1916, Ford enviou um exército de assistentes sociais aos lares de seus trabalhadores "privilegiados" (em larga medida imigrantes) para ter certeza de que o "novo homem" da produção de massa tinha o tipo certo de probabilidade moral , de vida familiar e de capacidade de consumo prudente (isto é, não alcoólico) e "racional" para corresponder às necessidades e expectativas da corporação" (HARVEY, 1992, p. 122).

O que na verdade esse modelo de organização exigia do trabalhador, e que de certa forma, ao fazer isso, criava as bases para a "construção" de um tipo específico de mão de obra, era que o mesmo passasse a se sujeitar a uma situação, na qual sua principal função seria a de executar as ordens prescritas por um conjunto de técnicos designados para conceber a melhor forma de se realizar uma tarefa.

Todo o arranjo proposto para a organização do trabalho fazia surgir um trabalhador: fora do contexto do processo de organização do trabalho que iria realizar; especialista em atividades únicas e simples; sem a compreensão de todo o processo de fabricação de determinado bem; e desprezado, pelo empregador, no que tange também ao desenvolvimento de suas habilidades "intelectuais".

Esta concepção taylorista-fordista representou muito mais do que uma simples redução do papel do trabalhador e um método revolucionário de organizar o processo de trabalho.

Tem-se assim, conforme Lazzarato e Negri (2001) apontam, a criação de um "operário massa", um trabalhador considerado massificado não apenas pelos níveis de mobilização das forças de trabalho aos quais chegava a produção em série[iv], mas pelo nivelamento de suas qualidades.

> O operário taylorista era, portanto, duplamente massificado: pelos contingentes de força de trabalho concentrados nas grandes fábricas e pela tendencial indistinção, do ponto de vista da divisão técnica do trabalho, de suas características pessoais, subjetivas. Ou seja, sua subjetividade era evacuada pela organização capitalista da produção ao mesmo tempo em que as organizações da esquerda (a do chamado "Movimento Operário Oficial") execravam sua falta de consciência política (LAZZARATO & NEGRI, 2001, p.18).

Além disso, esta concepção pode ser entendida como uma tentativa de delimitação de todo um potencial de mobilização política do trabalhador. Invernizzi (2000, p.11) afirma que:

> "(...) muda-se a relação de forças entre as classes, porque a fragmentação do trabalho, ao permitir acabar com o controle operário sobre o ritmo e a forma de fazer o trabalho, atua como instrumento de dominação sobre o trabalho. E essa dominação se dá não sobre o trabalho em geral, mas sobre sua forma organizada e combativa, representada pelo operário profissional de oficio e seu sindicato, capaz de impor seu preço e sua forma de trabalhar e, por isso, obstáculo à acumulação de capital. Ao decompor e monopolizar o saber operário, o taylorismo permite a entrada massiva de trabalhadores migrantes, desqualificados e não organizados, o que iria mudar não apenas a composição técnica da força de trabalho, mas também sua expressão política modificando, em favor do capital, o estado da luta de classes" (INVERNIZZI, 2000, p.11).

No entanto, o regime de acumulação fordista, ou produção em massa, que fez emergir este modelo de organização da produção, a partir do início dos anos 70 começa a dar sinais de esgotamento. Não é intenção do presente trabalho expor os motivos que

levaram à uma discussão sobre a viabilidade de outro regime de acumulação, o que significou também a reflexão de um novo modelo de organização produtiva para o capital manter seu ciclo de reprodução. Porém vale ressaltar, assim como afirma Invernizzi (2000), que essa crise, assim como foi a crise que fez emergir o modo de acumulação fordista, tratou-se de uma "crise de controle", entendida como a perda de eficiência de uma forma de obter trabalho excedente. Tendo raízes tanto em questões técnicas, relacionadas à organização do processo de trabalho e sua base tecnológica, quanto em aspectos sociais, abarcando o crescente conflito entre capital e trabalho[v] e o desfinanciamento do Estado de Bem-Estar Social.

Assim como afirma Harvey (1992), como forma de conter as contradições passadas pelo capitalismo naquela época (nos primeiros anos de 1970) e encarar a rigidez do fordismo, surge o modo de acumulação conhecido como flexível, com distinto sistema de regulamentação política e social. Nas palavras do autor:

> A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 1992, p.140).

Assim, diante de uma nova lógica de acumulação surgem algumas experiências que tentam superar, ou mesmo aprimorar, os pressupostos desenvolvidos pelo modo taylorista-fordista de arranjo das condições de produção. Dentre as quais destaca-se o modelo japonês de organização do processo de trabalho, mais conhecido como toyotismo.

Os traços constitutivos básicos do toyotismo, conforme afirma Antunes (2000), podem assim resumidos:

a) sua produção é voltada e conduzida diretamente pela demanda, de modo que é esta que determina o que será produzido. Fazendo com que a produção se sustente na existência do estoque mínimo;

> [...] O melhor aproveitamento possível do tempo de produção (incluindo-se também o transporte, o controle de qualidade e o estoque) é garantido *pelo just in time*. O Kanban, placas que são utilizadas para a reposição das peças, é fundamental, à medida que se inverte o processo: é do final, após a venda, que se inicia a reposição dos estoques, e o Kanban é a senha utilizada que alude à necessidade de reprodução das peças/produtos (ANTUNES, 2000, p.34).

b) como ocorre uma lógica inversa ao fordismo, ou seja, a produção é conduzida pela demanda, exige-se que a organização se ancore num processo produtivo flexível, de modo a permitir que o funcionário opere com várias máquinas, rompendo com a relação um homem/uma máquina do regime anterior. "[...] É a chamada "polivalência" do trabalhador japonês, que mais do que expressão e exemplo de uma maior qualificação, estampa a capacidade do trabalhador em operar com várias máquinas, combinando várias tarefas simples" (ANTUNES, 2000, p.34);

c) o trabalho passa a ser realizado em equipe, rompendo com o caráter parcelar típico do fordismo;

d) horizontalização do processo produtivo, reduzindo-se o âmbito de produção da montadora, fazendo com que a produção de elementos básicos seja feito por empresas "terceiras". É importante lembrar, também, que boa parte dos métodos e procedimentos adotados eram expandidos para as empresas fornecedoras;

e) gerência participativa;

f) sindicalismo de empresa;
g) adoção de métodos de eliminação de desperdícios e controle da qualidade durante todo o processo de fabricação e não, somente, no fim como no fordismo;

Conforme Gounet (apud Antunes, 2000, p.36-37) aponta:

> O toyotismo é uma resposta da crise do fordismo dos anos 70. Ao invés do trabalho desqualificado, o operário torna-se polivalente. Ao invés de linha individualizada, ele se integra em uma equipe. Ao invés de produzir veículos em massa para pessoas que não conhece, ele fabrica um elemento para a 'satisfação' da equipe que está em seqüência de sua linha. Em síntese, com o toyotismo, parece desaparecer o trabalho repetitivo, ultra-simples, desmotivante e embrutecedor. Finalmente, estamos em fase do enriquecimento das tarefas, da satisfação do consumidor, do controle de qualidade.

Desta forma, do trabalhador são requeridas novas habilidades, em relação ao um contexto fordista. Ao mesmo tempo todas essas novas formas de se pensar a produção atribuem ao mesmo outras responsabilidades.

As novas funções do trabalhador se direcionam para assegurar o contínuo funcionamento das máquinas e garantir sua máxima *performance* e confiabilidade. O trabalho é deslocado da atividade manual e das funções de execução para as funções muito mais integradas (ou polivalentes) de controle dos processos, de previsão e diagnóstico de falhas, de solução de problemas, tornando-se muitas vezes manipulação de signos e construção de sentidos. Esse tipo de trabalho envolve certa autonomia, à qual se relaciona o aspecto subjetivo do trabalhador, sua responsabilidade e cooperação (Invernizzi, 2000).

Outro ponto relevante é que ao fazer com que os trabalhadores assumam papéis gerenciais, o empregador o torna mais envolvido com o processo manipulatório da organização, uma vez que ao se tornar "gestor" de seu posto de trabalho e dos colegas também (com a questão do trabalho em equipe), o trabalhador estará contribuindo para o controle patronal da produção.

Assim, com essa organização flexível tem-se: a gestão da qualidade total, que permite os trabalhadores opinarem em seu trabalho; a organização coletiva e a polivalência (através do trabalho em equipe e pela capacidade do trabalhador executar várias funções); a flexibilidade não mais assegurada pelos estoques de matérias-prima ou de produtos acabados, mas pelos próprios funcionários (tempo exato), princípio do *just in time*.

Porém, além de outras implicações, essa forma de organização provoca um impacto bastante significativo, no que tange a mobilização política destes trabalhadores. Haja vista a fragmentação da classe operária provocada pelas práticas de subcontratação e terceirização amplamente adotadas pelas empresas. Assim como exposto em Harvey (1992), neste contexto passam a existir os trabalhadores centrais, que são empregados em tempo integral, que tem uma maior segurança e estabilidade; e a periferia, que se divide em duas categorias: a primeira formada por trabalhadores integrais com habilidades facilmente encontradas no mercado, por exemplo, funções rotineiras e a segunda constituída por trabalhadores flexíveis (parciais, temporários e terceirizados). "A atual tendência do mercado é reduzir o número de trabalhadores centrais e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins" (HARVEY, 1992, p.144).

Vale lembrar que o menor distanciamento da hierarquia, em consonância com a questão da horizontalização interna das organizações, fruto da flexibilidade, para enfrentamento da competitividade, também pode influenciar em questões relativas a

mobilização política deste "novo trabalhador". Uma vez que, ao promover regras de ascensão mais acessíveis, provoca um menor distanciamento, por exemplo, no padrão de consumo de classes até então claramente antagônicas num regime fordista, alimentando, assim, uma "igualdade" entre as mesmas.

Sobre a mobilização política, também é interessante a análise feita por Invernizzi, (2000). Segundo a autora, o que as empresas procuram são operários desprovidos de sua identidade de classe: uma força de trabalho jovem e sem passado sindical. Elas oferecem, em troca, uma identidade de empresa, dada por uma série de símbolos e formas de atuar próprios da empresa.

> No fordismo reconhecia-se o antagonismo de interesses de capital e trabalho e essa relação conflitiva exigia negociação; a atuação dos trabalhadores estava bem definida no contrato de trabalho. Essa dinâmica é bloqueada e depois invertida no pós-fordismo, que, em nome do imperativo da "competitividade", demanda uma disponibilidade total do trabalhador e abre brechas cada vez maiores no direito do trabalho e nas disposições dos contratos coletivos (Invernizzi, 2000, p. 43).

Desta forma, mostramos alguns indicativos que permitem reflexões sobre como a organização do processo do trabalho tenta construir um sujeito trabalhador eficiente tecnicamente e "dócil" politicamente, de modo a alimentar o ciclo de reprodução de capital em determinado momento histórico.

4. Algumas Implicações para a Teoria das Organizações

Levando em consideração que a teoria organizacional sempre se abriu para proposições teóricas de outros campos do conhecimento, toda a discussão proposta pelo artigo pretende indicar uma outra forma para se pensar esta teoria.

Sendo assim, entendemos que os conceitos utilizados pelo artigo podem desencadear outras possibilidades de discussão principalmente no que tange a questão da sofisticação do controle nas organizações e das manifestações de resistência dos trabalhadores.

Observamos nas discussões propostas por Foucault, que ao se pensar no fenômeno das relações de produção capitalistas podemos argumentar que nos processos pertinentes a este, está em jogo muito mais do que apenas a produção de bens. Há também produção de sujeitos. Assim, o sucesso deste empreendimento perpassa pela construção de um sujeito que esteja amplamente conectado com as demandas sociais por habilidades exigidas pelo mesmo em um dado período histórico.

Ao trazer essa perspectiva para teoria organizacional é possível assumir uma outra postura para analisar as práticas de gestão desenvolvidas pelas organizações empresariais ao longo do tempo, dentre as quais as práticas de controle. É possível analisá-las como tentativas por parte das empresas para produzir um tipo de sujeito que tenha alta produtividade e baixa capacidade de mobilização política. Assim, as diversas formas desenvolvidas pelas organizações para organizar e gerir o trabalho podem ser vistas como tentativas de afirmar modos de existência hegemônicos. Modos que de forma alguma são estáticos, pois se redesenham a qualquer tentativa de afrontamento a ordem estabelecida. Podemos pensar que nesse movimento é que as práticas de organização e gestão do trabalho vão se transformando, de forma que o que se vê hoje são modelos muito mais sutis do que anteriormente. O que também é muito relevante nessa análise é que criamos condições de ver as constantes modificações destas práticas, inclusive as práticas de controle, como aprimoramentos que foram feitos, dentre outras

razões, devido às resistências dos trabalhadores a essas tentativas de enquadramento. Dessa forma, o ponto de partida, para as análises das modificações dos padrões de controle desenvolvidos nas organizações, seria a resistência dos trabalhadores. Isso porque segundo Foucault as resistências vêm primeiro.

A resistência não seria o subproduto das relações de poder "sua marca em negativo, formando, por oposição à dominação essencial, um reverso inteiramente, passivo, fadado à infinita derrota" (FOUCAULT, 1988, p.91). Ela não é anterior ao poder (FOUCAULT, 1981). Se fosse apenas oposição ou secundária ao poder, não haveria resistência. No sentido utilizado por Foucault (1981, p.241), "para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele. Que, como ele, venha de 'baixo' e se distribua estrategicamente".

Nesse sentido, as resistências para Foucault (1984) têm o primado nesse campo das correlações de força, permanecendo superior a todas as forças do processo. As resistências seriam primeiras "não como fundamento, como um sistema hierárquico ou temporal, mas porque afirmam a variação, a errância nos processos de produção social da existência" (HECKERT, 2004, p.43). Dessa forma, seus efeitos provocam mudanças nas relações de poder.

Com base em Foucault, podemos argumentar também que as organizações constituem um campo de forças, a rede social, marcado por relações de poder. Por isso, são atravessadas por diversas formas de exercício de poder situadas não somente na relação de exploração capital-trabalho[vi]. Dessa maneira, é possível encontrar nos espaços organizacionais a reprodução de diversas práticas que se dão na rede social, como: autoritarismo, nepotismo, discriminação sexual, racial, de gênero dentre outras. Nesse sentido, ao analisar o poder sob a ótica de Foucault é possível ampliar o conceito de lutas, para incluir outras que não passam apenas pelos conflitos típicos de exploração econômica da relação capital-trabalho.

Para Foucault (1995) existem três tipos de lutas: contras as formas de dominação ética, social e religiosa; contra as formas de exploração capitalista que separam os indivíduos daquilo que eles produzem e impõe condições de trabalho injustas; e contra as formas de sujeição, submissão e subjetivação, ou seja, contra "aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, deste modo, aos outros" (FOUCAULT, 1995, p.235).

Analisar e incluir outros tipos de lutas no conflito capital-trabalho pode ser uma forma de advogar que as lutas continuam apesar do enfraquecimento das lutas contra a exploração clássicas deste conflito, pois compreendemos que os trabalhadores, em suas práticas diárias, travam embates contra certos pensamentos hegemônicos que tentam instituir determinadas formas de ser e estar no mundo. Dessa forma, ao utilizar esse conceito de poder, é necessário considerar que as lutas não são apenas econômicas. São lutas de poder.

Além disso, um dos fundamentos da analítica foucaultiana sobre a temática do poder é que ele não se encontra em um local específico da rede. O poder para o autor circula pela sociedade. Sendo assim, ao considerar sua analítica é preciso compreender as práticas sociais como marcadas por relações de poder. Nesse sentido, as relações de poder têm que se consideradas em qualquer análise que for feita no âmbito organizacional, o que pode ser uma proposta para o melhor desenvolvimento de estudos no campo de teoria das organizações, uma vez que algumas correntes desta têm uma visão simplista da realidade e muitas dificuldades para indicar instrumentos de análises condizentes com a complexidade das organizações.

5. Considerações Finais

A riqueza e complexidade do pensamento de Foucault podem suscitar certo receio por parte da comunidade científica, principalmente, ligadas ao campo das ciências aplicadas, como é o caso da administração, em utilizá-lo para análises de seus objetos de estudo. O que também pode provocar recusas por parte dessas análises é o fato desse pensamento não obedecer diretamente a critérios de linearidade, com seus clássicos "etapismos", tão comuns nesses campos do saber e que em certo sentido garantem uma situação plena de conforto para a grande maioria dos atores inseridos nos diversos processos para a construção do conhecimento.

O que Foucault sempre preconizou é que uma teoria só lhe é útil se ela lhe possibilitar condições para atingir seus objetivos. Como uma caixa de ferramentas

> [...] é preciso que sirva, é preciso que funcione. E não para si mesma. Se não há pessoas para utilizá-la, a começar pelo próprio teórico que deixa então de ser teórico, é que ela não vale nada ou que o momento ainda não chegou. Não se refaz uma teoria, fazem-se outras; há outras a serem feitas (FOUCAULT, 1981, pg.43).

Nesse sentido, nosso objetivo com a construção desse ensaio teórico foi utilizar a teoria de poder de Foucault, de modo a indicar como sua forma de pensar essa temática pode provocar a emergência de outras visões na teoria organizacional, principalmente, no que diz respeito ao controle e aos movimentos de resistência dos trabalhadores.

Entendemos que os pontos assinalados nesse artigo, bem como outras idéias propostas por Foucault, não fecham as possibilidades de pensarmos essa temática do poder no campo de estudos organizacionais. Sendo assim, a interação com outros pesquisadores pode nos possibilitar indicativos, como por exemplo, de outras expedições teóricas ou mesmo ferramentas metodológicas para melhor compreensão do poder como prática social nas organizações.

Principalmente, a questão central que gostaríamos de colocar para estudos futuros é: de que maneira essa análise de Foucault pode provocar outras discussões sobre as ações dos trabalhadores, diante práticas de gestão cada vez mais degradantes do ponto de vista do humano?

O que observamos no discurso propagado em boa parte da literatura corrente é que há por parte das empresas uma constante atitude ativa nos processos concernentes ao conflito capital-trabalho e por parte dos trabalhadores apenas ações reativas. Essa literatura, ao tentar interpretar o comportamento do trabalhador, afirma também que este se comporta de algumas maneiras nesse processo: aceitando a situação instituída; desenvolvendo estratégias para se opor ou burlar o sistema ou; tomando algumas medidas drásticas como o pedido de desligamento da empresa.

Mas será que os trabalhadores são tão passivos assim?

Acreditamos que a discussão proposta por Foucault, que afirma que as resistências são anteriores ao exercício de poder, pode nos proporcionar outras formas de enxergar as ações dos trabalhadores diante as práticas de gestão degradantes. Ações que, mais do que reativa, podem ser pensadas, sobretudo, como ativas. Assim, podemos pensar a resistência no seu sentido positivo. A resistência como uma forma do trabalhador afirmar outros modos de trabalhar, viver, sentir, enfim, estar no mundo, diferentes[vii] daqueles que o pensamento "dominante" tenta instituir, ou seja, como prática que traduza a procura dos sujeitos em afirmar outras formas de vida, pois como diz Proust (*apud* ROQUE, 2002, p.123) "não há vida que não inclua possibilidade a de outra vida".

"Por isto a vida traça linhas – linhas de resistência. Linhas que acompanham o presente para nos lembrar que uma outra vida é possível, linhas que resistem ao limite que funda o presente desta vida e pressionam este presente, pedindo 'justiça'" (ROQUE, 2002, p.123).

6. Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? – Ensaios sobre as Metamorfoses e a Centralidade do mundo do trabalho.** 7ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.
BARROS, Maria Elizabeth Barros de; LUCERO, Nelson Alves. **A pesquisa em psicologia: construindo outros planos de análise.** Psicologia & Sociedade, V17 nº 2, p.7-13. Rio de Janeiro, Maio/Agosto. 2005
_____. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaios sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho.** 6ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2003.
DELEUZE, Gilles. **Foucault.** São Paulo: Brasiliense, 2005.
DIMENSTEIN, Magda; LEITE, Jader F. **Mal-estar na psicologia: a insurreição da subjetividade. Revista Mal-estar e Subjetividade.** Fortaleza: UNIFOR, v.2, n.2: 09-26, set. 2002.
FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.
_____. **Michel Foucault, an Interview: Sex, Power and the Politics of Identity.** The Advocate, n. 400, pp. 26-30. Toronto, Agosto. 1984.
_____. **História da sexualidade I: a vontade do saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.
_____.**Vigiar e punir: história da violência nas prisões.** 10ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
_____**.O sujeito e o poder.** In: RABINOW, P.; DREYFUSS, H. Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na Civilização do Automóvel.** São Paulo: Boitempo, 1999.
HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1992.
HECKERT, Ana Lucia Coelho. **Narrativas de resistências: educação e políticas.** Tese Doutorado em Educação. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004.
INVERNIZZI**,** Noela. **Novos Rumos do Trabalho: mudanças nas formas de controle e qualificação da força de trabalho brasileira.** Tese de Doutorado em Política Científica e Tecnológica. Campinas: UNICAMP/Instituto de Geociências, 2000.
LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho Imaterial: formas de vida e produção de subjetividade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
MACHADO, Roberto. **Por uma genealogia do poder.** In: FOCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.
_____**.Ciência e Saber: a trajetória da arqueologia de Foucault.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
POGREBINSCHI, Thamy. **Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder.** Lua Nova – Revista de Cultura e Política. São Paulo: CEDEC, nº. 64. 2004.
ROQUE, Tatiana. **Em que a matemática pode servir para pensar a resistência mesmo, e sobretudo, quando ela não fala de resistência?** In: Giuseppe Cocco. (Org.). O Trabalho da Multidão. Rio de Janeiro: Gryphus/Museu da República, 2002.

ROSA, Ronney Muniz. **Subjetividade produzida: poder e disciplina em uma problematização foucaultiana.** In: BAPTISTA, Dulce et al. (org). Cidadania e Subjetividade. São Paulo: Imaginário, 1996.

---

[i] Primeira fase: produção em massa, ou, acumulação fordista (representada pelo padrão produtivo taylorista-fordista) e segunda fase: acumulação flexível (cujo principal modelo de organização da produção foi o toyotismo).

[ii] Foucault coloca em questão certas interpretações do marxismo, bem como uma visão apontada como clássica, ou mesmo burguesa, acerca da questão do poder (DELEUZE, 2005).

[iii] Segundo Machado (1981, p.XII): "O que Foucault chamou de microfísica do poder significa tanto um deslocamento do espaço da análise quanto do nível em que esta se efetua. Dois aspectos intimamente ligados, na medida em que a consideração do poder em suas externalidades, a atenção a suas formas locais, a seus últimos lineamentos tem como correlato a investigação dos procedimentos técnicos de poder que realizam um controle detalhado, minucioso do corpo – gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discursos".

[iv] Segundo os autores, o taylorismo mobilizava enormes massas de camponeses e os tornavam operários adequados a uma divisão técnica do trabalho que lhes reservava tarefas cada vez mais simples e repetitivas.

[v] Sobre esse ponto bastante interessante é a colocação de Bihr (1991 apud Antunes, 2003): "Se o operário-massa foi a base social para a expansão do "compromisso" social-democrático anterior, ele foi também seu principal elemento de desdobramento, ruptura e confrontação, da qual foram forte expressão os movimentos pelo controle social da produção ocorridos no final dos anos 60".

[vi] Acreditamos que essa visão permite a compreensão de que as relações de poder não se reduzem somente às relações típicas de exploração, como: extração da mais-valia, imposição por parte dos "exploradores" de práticas exacerbadas de controle e disciplina no processo de produção, estabelecimento de condições insalubres de trabalho etc.

[vii] Ao pensarmos em diferença estamos nos baseando em BARROS e LUCERDA (2005). O conceito de diferença para os autores diz respeito à abertura do ser humano para outros modos possíveis de ser e estar no mundo, não tendo relação com diferenças identitárias.